



Povo indígena arara cria protocolo para negociar obras

Área já foi impactada pela Transamazônica e por Belo Monte; nova preocupação é com 250 km de asfaltamento

Fabiano Maisonave e Lalo de Almeida

TERRITÓRIO ARARA (PA) Inaugurada há meio século, a rodovia Transamazônica (BR-230) rasgou ao meio o território do povo arara, até então sem contato oficial com os brancos. A obra-símbolo da ditadura militar abriu caminho para invasões de colonos, novas doenças e embates violentos.

Mais recentemente, a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, em plena operação desde 2019, não cumpriu as condicionantes ambientais com o povo arara de retirada (desintrusão) de não indígenas de seu território e de instalação de duas bases de vigilância em vias de acesso.

Agora, em iniciativa inédita, o povo arara (autodenominado ugoro'gnó), que vive em duas terras indígenas contíguas, Cachoeira Seca e Arara, criou protocolos de consulta, com regras e condições, para negociar com o Estado grandes projetos que ameçam o seu território.

"Fizemos o nosso protocolo para haver um pouco de respeito com o costume, com a crença do índio", diz o cacique Mobu Odo Arara, de Cachoeira Seca, em entrevista na aldeia Iriti. "A nossa comida, o nosso remédio vêm da floresta, então temos de proteger o que temos. A ideia é um protocolo para a defesa dos direitos do futuro do nosso povo."

A iniciativa tem respaldo legal. O Brasil é signatário da Convenção 169 da OIT (Orga-

nização Internacional do Trabalho), que prevê a consulta prévia e informada às comunidades impactadas.

No entendimento do MPF (Ministério Público Federal), que vem estimulando a criação desses protocolos, a regulamentação da consulta tem de ser feita por cada povo indígena, de acordo com seu contexto sociocultural.

"A nossa intenção é que o protocolo de cada povo seja a regulamentação do decreto que institui a Convenção 169 no Brasil", afirma o procurador regional Felício Pontes Jr. A preocupação imediata dos araras é com o asfaltamento do trecho de 250 km entre Medicilândia (PA) e Rurópolis (PA). Os dois territórios estão na área de influência. ATI (Terra Indígena) Arara chega até a margem da rodovia esofre com madeireiros ilegais, e a TI Cachoeira Seca já está parcialmente tomada por centenas de não indígenas.

Embora os araras não tenham sido consultados, o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) já assinou contrato para pavimentar 83 km em Medicilândia e Uruará (PA), no valor de R\$ 118,8 milhões.

Segundo o órgão do governo federal, o início das obras está autorizado desde o último dia 7 de fevereiro. Quando a reportagem passou pelo local, em março, uma ponte de concreto estava em plena construção.

O Dnit afirma que a alienação de instalação para o início das

obras foi emitida, mas que para alguns segmentos são necessárias a conclusão de estudos e ações de mitigação dos impactos relacionados ao componente indígena.

No início de abril, lideranças araras estiveram na sede do Dnit, em Brasília, quando entregaram cópias do protocolo. "O material está em análise técnica pelos profissionais do Dnit para que as etapas previstas no referido protocolo sejam adaptadas aos estudos em curso, no âmbito do processo de licenciamento", diz o órgão.

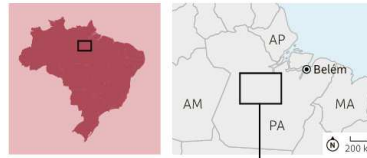
O asfaltamento tem o potencial de acabar com décadas de viagens prolongadas por horas e até dias em razão dos atoleiros e deve ajudar também no escoamento de uma das maiores regiões produtoras de cacau do país. O acesso mais fácil em meio ao desmonte dos órgãos fiscalizadores federais tende, porém, a acelerar as invasões, que têm colocado em risco a existência dos araras.

A situação é mais crítica em Cachoeira Seca, onde vive um subgrupo de araras contatado há apenas 35 anos, em 1987.

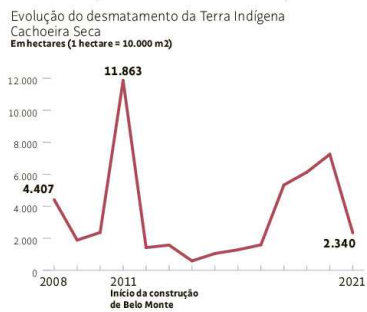
A área foi homologada em 2016 como uma das condicionantes da construção da hidrelétrica de Belo Monte, mas o governo federal nunca fez a retirada dos não indígenas. Pelo contrário, novos invasores continuam convertendo a floresta em pasto e abrindo estradas para retirar madeira.

O resultado é que Cachoeira Seca registra o triste recor-

Território do povo Arara



Área de ocupação tradicional | Área de ocupação atual



Fontes: "Teipari: Sacrifício e Vida Social entre os Índios Arara", de Máirio Teixeira-Pinto, Prodes (Inpe) e ISA (Instituto Socioambiental)



de ser a terra indígena mais desmatada da Amazônia Legal. Segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), desde 2008, desapareceram 39 mil hectares de floresta, uma área um pouco maior do que o município de Belo Horizonte.

Sob o governo Jair Bolsonaro (PL), Cachoeira Seca atravessou o seu período mais devastador, com a supressão ilegal de 7.249 hectares entre agosto de 2019 e julho de 2020.

Os cerca de 120 araras de Cachoeira Seca descrevem uma vida sitiada. Para caçar, base da alimentação, precisam ir cada vez mais longe. Nas incursões pela mata, cruzam estradas legais e ouvem o ruído de máquinas derrubando árvores para a retirada de madeira ou abertura de fazendas.

"Branco nunca deixou de perseguir. Já tem madeireiro varando aqui", diz a idosa Taty Arara, adolescente na época do contato. "A gente está preocupado. Estamos com medo de cair na água todo mundo, de o branco jogar a gente na água, tomar a terra de nós. Aqui não tem lugar mais para onde mais fugir quando o branco invadir a terra."

Após anos de resistência, os araras acabaram aceitando a presença do branco, já na década de 1980, e passaram a negociar. Conquistaram a demarcação de dois territórios contíguos ao longo do rio Iriti, afluente do Xingu, mas essa proteção legal não foi suficiente para a expulsão de não

Continua na pág. B7



Capoeira na cabeça

Método científico demonstra benefícios da capoeira para o cérebro das crianças

Reinaldo José Lopes

Jornalista especializado em biologia e arqueologia, autor de "1499: O Brasil Antes de Cabral"

Capira de cintura dura que sou, confesso que sempre senti a presença de certo abismo cultural a me separar da capoeira. Mas os preconceitos que a gente tem costumam ser demolidos nos lugares mais improváveis. Assim foi que, em

Agua de Lindoia (SP), pacato município que costuma ser palco de congressos científicos, descobri que o abismo talvez tivesse sido só coisa da minha cabeça, afinal de contas. Foi a primeira roda de capoeira a que assisti de perto, no intervalo de uma das sessões do congresso. Comandava-a um velho conhecido, o neurocientista Sidarta Ribeiro, da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), e o que me deixou de queixo caído foi a capacidade que essa combinação de movimentos, música e poesia tem de transportar o sujeito para outro mundo. Uma experiência espiritual.

Mas quem disse que experiência espiritual não combina com ciência? Um estudo assinado por Ribeiro e outros cientistas acaba de fazer uma das primeiras análises rigorosamente quantitativas do efeito da prática da capoeira sobre o desenvolvimento das crianças.

O nome que encabeça a lista de autores da pesquisa é o de Valter Fernandes. Capoeiristas o conhecem como Mestre Curumim. Fernandes, que há décadas dá aulas de capoeira para crianças da Cidade de Deus, no Rio, fez seu mestrado no Laboratório de Neurociência do Exercício da UFRJ, estimulado em parte pelo contato com Ribeiro. "Fui picado pelo mosquito da ciência, digamos, pela vontade de pesquisar e investigar", conta. "Vi na pesquisa uma forma de entender melhor os efeitos da capoeira, de valorizar essa arte e buscar respostas."

As perguntas de que a capoeirista-pesquisador e seus colegas estão tentando começar a responder são mais amplas do que a dança/arte marcial de origem africana. Acontece que, embora haja evidên-

cias de que a atividade física tem impacto positivo sobre aspectos cognitivos, incluindo o desempenho escolar das crianças, intervenções específicas feitas com esse intuito nem sempre mostram resultados claros.

Esse paradoxo talvez indique que nem todas as formas de atividade física têm o mesmo impacto. Talvez outras variáveis, como complexidade dos movimentos, criatividade e aspectos sociais da prática atlética, sejam necessárias para que efeitos no cérebro e no comportamento se manifestem.

Se esse for mesmo o caso, a capoeira parece ser um excelente instrumento, justamente por misturar vários desses elementos num todo harmonioso. Para testar isso, os pesquisadores realizaram o primeiro estudo randomizado e controlado dos efeitos da prática.

Foi um teste no qual os participantes — 67 crianças, de 8 a 13 anos — foram distribuídos aleatoriamente em dois grupos. Um deles teve aulas de capoeira durante quatro meses, enquanto o outro ficou como grupo de espera (mais tarde, após o fim do estudo, eles também tiveram acesso às aulas).

Os resultados estão em artigo no periódico *Mental Health and Physical Activity*. A comparação entre os grupos revelou não só uma melhora na coordenação motora entre as crianças que participaram das aulas de capoeira como também um efeito positivo sobre as chamadas funções executivas — coisas como memória, autocontrole e atenção.

Os efeitos são modestos, mas indicam que o potencial para novos estudos sobre o tema não deve ser negligenciado. "Quando a gente conversa com os mestres mais antigos, a ideia de que a criança fica mais inteligente fazendo capoeira é uma coisa certa. Mas é uma maneira importante de traduzir o que a gente vê na nossa vivência prática", diz Fernandes.

| DOM. Reinaldo José Lopes, Marcelo Leite | QU. Atília Iamarino, Esper Kallás

Blue Origin agenda voo espacial com brasileiro para 20 de maio

WASHINGTON | AFP A Blue Origin anunciou, nesta sexta (13), que o próximo voo de seu foguete será em 20 de maio, com seis passageiros. Entre eles, o primeiro turista espacial brasileiro, Victor Correa Hespanha.

A decolagem está prevista para 8h30 (10h30 em Brasília) na região oeste do Texas, nos EUA. Será o quinto voo tripulado da empresa de Jeff Bezos. O mineiro Victor Hespanha, engenheiro de produção de 28 anos, será o primeiro "cripto-nauta" da história.

Quando embarcar no New Shepard, ele realizará um sonho de criança com a ajuda da Crypto Space Agency (CSA), aliança que tem o objetivo de aliar a tecnologia da indústria espacial ao mercado de cripto-

tomodas para impulsionar a inovação.

Hespanha garantiu sua vaga ao adquirir um NFT (token não fungível).

"Eu comprei [o NFT] pensando na valorização potencial", disse Hespanha, citado no comunicado.

Hespanha será o segundo brasileiro a viajar ao espaço, depois do então astronauta Marcos Pontes, em 2006.

Além do engenheiro de Minas Gerais, o voo levará a primeira mulher nascida no México, Katya Echazarreta, 26. Natural de Guadaluajara, ela se tornará a americana mais jovem a viajar ao espaço, graças ao programa de astronautas civis patrocinado pela Space for Humanity.

Continuação da pág. B6

indígenas e para impedir novas invasões por madeireiros e grileiros, processo agravado pela construção da usina de Belo Monte.

Taty lembra que, na infância, seu grupo tinha de mudar de tempos em tempos para fugir do branco. Em um dos confrontos na mata, seu marido matou um madeireiro.

A idosa conta ainda que os araras ficaram fascinados com a banana da terra, introduzida na região pelos colonos. "Era grande, pesada. A nossa banana era pequena. A gente roubava banana do branco. Tirava e corria pro mato", disse, por meio de uma arara jovem, que fez a tradução da entrevista à Folha.

A Transamazônica passou a apenas 3 km de uma das aldeias dos araras, que resistiram à invasão. Houve vários episódios violentos. Em um deles, em 1976, três funcionários da estatal CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) foram mortos a flechadas.

Tres anos depois, em 1979, dois funcionários da Funai foram flechados quando tentavam estabelecer contato. Um deles, Afonso Alves da Cruz, se tornaria um dos seguintes grandes defensores dos araras da Cachoeira Seca.

"Ele protegeu muito a gente, o nosso pai", afirma Taty sobre o sertanista, morto em 2017, aos 82 anos.

Para evitar uma invasão semelhante à de Cachoeira Seca, impulsionada com a cons-

trução de Belo Monte, os araras da TI Arara, habitada por cerca de 400 indígenas, abriram duas aldeias, Tagagem e Aradó, às margens da Transamazônica. O objetivo é impedir tanto a entrada de grileiros quanto de madeireiros ilegais.

"Bem aqui mesmo, tinha um ramal [estrada] onde eles roubavam muita madeira, muita terra. Vinha caçador com cachorro. Por enquanto, parou", diz Tjtipotem Arara, da aldeia Tagagem. Nela, no entanto, os araras sofrem para conseguir água, disponível cerca de duas horas a pé. Antes, viviam à beira do rio Iriri.

A invasão não é só física. Em Cachoeira Seca, as crianças já não falam a língua arara, da família linguística caribe. Para o cacique Mobu Odo, a presença de uma igreja evangélica na aldeia, a internet e o fluxo constante de não indígenas são os responsáveis pelo avanço do português.

"Asgerações de agora querem só falar português, querem ficar só na internet, aí está a preocupação. Eu explico muito para eles: a internet é para nós divulgarmos a nossa cultura, a nossa comida, para o pessoal ver que nós vivemos do território."

Cada uma das terras indígenas aprovou o seu protocolo de negociações. Em comum, os araras exigem que os consultas sobre um novo projeto seja feita pelo governo federal em duas grandes fases: informativa, com reuniões em todas as aldeias, e a de tomada de decisão, por meio de um ou mais grandes encontros nas

1 Tchagat Arara caça com arco e flecha perto da aldeia Iriri; 2 Mulheres fazem comida para festa de lançamento do protocolo de consulta na TI Cachoeira Seca; 3 Indígena carrega tatu-canasta que será assado; 4 Vista aérea da aldeia Aradó, na TI Arara, às margens da Transamazônica; 5 Cacique Mobu Odo Arara discursa segurando o protocolo de consulta

Fotos Lalo de Almeida/Folhapress

principais aldeias.

"Depois de sermos avisados e recebermos as informações iniciais, nosso povo irá decidir se há ou não interesse no assunto. Se não tivermos interesse, o diálogo se encerra. Caso haja interesse, informaremos o melhor período para a consulta para não atrapalhar nossos trabalhos e atividades", diz o protocolo da Terra Indígena Cachoeira Seca.

Segundo Mobu Odo, a tomada de decisão de forma coletiva inibirá tentativas de alienação de lideranças.

"Os invasores já me ofereceram dinheiro, um prefeito já ofereceu dinheiro pra mim também", afirma.

O MPF tem buscado o reconhecimento jurídico dos protocolos como forma de implantar o direito dos povos à autodeterminação. Em 2016, a Justiça Federal endossou a tese ao reconhecer protocolos de consulta dos povos da região da Volta Grande do Xingu, palco de um megaprojeto de exploração de ouro da mineradora canadense Belo Sun.

"A tentativa de etnocídio foi muito clara na abertura da Transamazônica e em relação a Belo Monte", afirma o procurador regional Felício Pontes Jr. "Vejo o protocolo de consulta como uma reação, o ato mais forte de resistência do povo arara diante de tantos massacres."

Os repórteres Fabiano Maisonnave e Lalo de Almeida viajaram a convite do ISA (Instituto Socioambiental) e das associações Kowit, da TI Cachoeira Seca, e Ugonômo, da TI Arara.

“A nossa comida, o nosso remédio vêm da floresta, então temos de proteger o que temos. A ideia é um protocolo para a defesa dos direitos do futuro do nosso povo

Mobu Odo Arara cacique da TI Cachoeira Seca